

## DIÁLOGOS PARA ALÉM DO DIPLOMA

Thayná Moreira Cardoso de Carvalho Grandin<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho terá por objetivo discutir a relação civil-militar no âmbito universitário, e mais especificamente como ocorre o processo acadêmico de socialização dos agentes de Segurança Pública como alunos da Universidade, a partir da observação etnográfica realizada no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com o consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ/CECERJ). Atuando há 10 anos como tutora presencial, apresento aqui as percepções a partir do trabalho de campo, desenvolvido na pesquisa do mestrado no PPGJS – UFF<sup>2</sup>, com base nas entrevistas e observações etnográficas realizadas a partir do lugar que ocupo neste ambiente de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Relação Civil-Militar, Segurança Pública; Socialização Acadêmica.

### 1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 90 observa-se o crescente interesse na área das Ciências Sociais sobre o tema “Segurança e Criminalidade”, tendo se institucionalizado como campo de pesquisa nos anos 2000 (KANT DE LIMA, MISSE, MIRANDA, 2000). A partir de então, temas relacionados a crimes, violência, polícia e justiça criminal são destaques nas pesquisas sobre segurança pública e vêm sendo abordados pelos olhares empíricos da antropologia e sociologia na construção de novos saberes.

Desde esse período, com o avanço das tecnologias, as práticas de ensino também passaram por mudanças na medida em que foram inseridas novas tecnologias da

---

<sup>1</sup> Mestrado em JUSTIÇA E SEGURANÇA pela Universidade Federal Fluminense.

Tutor Coordenador - Polo São Gonçalo do Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense

informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional. Dessa forma, é crescente a procura por cursos à distância principalmente para aquelas pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho, e que possuem dificuldade de tempo e locomoção diária até um centro de ensino, tendo que buscar uma faculdade com modelo de ensino a distância para cursarem o nível superior.

A modalidade do ensino a distância se apresenta como uma alternativa para os profissionais de Segurança Pública que, na maioria das vezes, trabalham em regime de escala e não conseguem estabelecer horários e dias fixos para comparecerem as aulas presenciais do modelo tradicional de ensino. Logo, optam pelo ensino a distância como forma de alcançar um diploma de nível superior.

Nesse contexto, há 10 anos o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é ofertado no Estado do Rio de Janeiro através do consórcio CEDERJ/CECERJ, com regime semipresencial; utilizando os polos universitários (escolas públicas municipais) para as tutoriais presenciais, avaliações periódicas e eventos acadêmicos.

Neste texto, busco apresentar alguns dos aspectos observados durante as entrevistas, de trabalho de campo realizado durante a pesquisa de Mestrado no PPGJS-UFF, que realizei com egressos do Curso de Tecnólogo, no Polo Regional de São Gonçalo, região metropolitana do Estado de Rio de Janeiro, local onde atuo desde 2014 como tutora presencial e tutora coordenadora.

Por atuar no curso há bastante tempo, foi necessário aprender a exotizar o estudo do que, até então, me era familiar. Então, precisei desnaturalizar práticas e produzir um olhar crítico sobre o campo. Isso porque ter um grau de familiaridade não significa ter grau de conhecimento a ponto de estar apto a produzir o objeto de pesquisa sobre determinado objeto (VELHO, 1978).

No texto, será destacada a relação civil-militar no âmbito universitário, e mais especificamente, será demonstrado como ocorre o processo acadêmico de socialização dos agentes de Segurança Pública como alunos da Universidade Pública, na modalidade semipresencial de ensino.

E, assim, espero que o trabalho contribua para a maior interação entre os operadores da segurança pública e o campo acadêmico, promovendo a reflexão sobre o saber científico auferido nas pesquisas etnográficas nessa área de conhecimento, bem como estimulando o estranhamento e o estudo de seu próprio campo.

## **2. O CEDERJ : ENSINO SEMI-PRESENCIAL PÚBLICO UNIVERSITÁRIO**

Antes de adentrar especificamente no tema da pesquisa, considero importante tecer alguns comentários sobre o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) e sua importância como fator de inclusão social através da modalidade de ensino semi-presencial.

No âmbito do sistema público de ensino, mais do que uma modalidade educacional, o EAD pode ser tida como meio de execução de políticas públicas, na medida em que proporciona a inclusão de jovens e adultos no ambiente acadêmico público e de qualidade, além de capacitá-los para o mercado de trabalho.

A modalidade de estudo virtual amplia o alcance territorial e sua flexibilidade de horários possibilita o atendimento as demandas sociais e formam cada vez mais cidadãos. Ou seja, o curso a distância tem maior capacidade de formar em quantidade mais alunos do que um curso presencial, visto que não existe problema com locação de pessoas em salas físicas, assim podendo alcançar mais alunos; e isso não afeta a qualidade do ensino na medida em que a instituição assume o compromisso de manter atualizado o conteúdo da sala de aula virtual, e meios para auxiliar o aluno na compreensão do material (NEVES, 2016).

No ano de 2000, sob o financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ocorreu a formação de um consórcio entre as seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), UNIRIO (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense). Esse consórcio,

nomeado de Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro teve como objetivo oferecer educação em nível superior gratuita, na modalidade a distância, tendo por referência a qualidade do ensino já desenvolvido nos cursos presenciais destas universidades.

Atualmente, diversos polos distribuídos em todo o Estado do Rio de Janeiro, tem seu funcionamento gerenciado através da parceria entre o governo Federal, Estadual e Municipal. Esses polos são estruturados dentro de escolas municipais, a maioria em CIEPs, tem seus diretores nomeados pelo Prefeito, dentre os professores da rede municipal com experiência em administração escolar, bem como o ocorre a nomeação dos secretários e auxiliares.

O corpo docente é composto por Professores das Universidades, chamados de Coordenador de Disciplina; tutores presenciais e a distância, os quais passam por processo seletivo organizado pelo consórcio, e o tutor coordenador, escolhido dentre os tutores presenciais, para representar o curso dentro dos polos, organizar as atividades acadêmicas, e acompanhar mais de perto a trajetória dos alunos e suas demandas.

Sobre os tutores, estes são profissionais graduados, mestres e doutores que de forma presencial (nos polos) ou a distância (na plataforma moodle<sup>3</sup>) dão todo o suporte para o estudante alcançar o conhecimento do conteúdo disponibilizado pelo Coordenador de Disciplina no ambiente virtual de aprendizagem.

Sendo uma metodologia de ensino que privilegia o diálogo, o sistema de tutoria bem estruturado é a fundamental para que as interações necessárias sejam produtoras na construção da aprendizagem. E quanto maior é a interação entre tutores e alunos, maior é o estabelecimento de vínculos entre o aluno e o curso, do qual ele passa a se sentir parte capaz de produzir conhecimento.

No CEDERJ, o modelo é semipresencial, ou seja, a maioria das tutorias presenciais são facultativas aos alunos, devendo a presença obrigatória, nos polos,

---

<sup>3</sup> A Plataforma Moodle é um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com ferramentas de apoio ao ensino a distância para promover a interação entre alunos e professores.

ocorrer apenas em dias de avaliações presenciais previamente agendadas no calendário acadêmico.

Quanto ao material de estudo é importante mencionar que o CEDERJ produz o material didático impresso, além de disponibilizá-lo virtualmente. Assim, de forma portátil, possibilita ao aluno a leitura do modo ao qual melhor se adequa, em seu tempo de estudo, onde quer que esteja.

E o conteúdo didático é elaborado pelo professor conteudista especialmente para o público estudantil ao qual se destina, com linguagem e construção textual voltado para o EAD. Sendo necessário passar pela análise de uma equipe técnica de desenvolvimento didático que irá definir a forma didática de apresentação do material, sua identidade visual, referenciais midiáticos educacionais, de modo que os textos dialoguem com o aluno no momento da leitura.

A elaboração do material didático impresso ou dos textos disponibilizados na plataforma são especialmente direcionados para o público do curso ao qual se destina. Ou seja, o material aborda textos que descrevem e explicam as ideias do conteúdo didático de forma dialógica, envolvendo os principais conceitos abordados pelo curso. O CEDERJ adaptou a prática de produção de material impresso e a utilização de polos em atividades presenciais concomitantemente com as atividades realizadas a distância por meio da plataforma digital. Posteriormente, este modelo serviu de referência para os cursos oferecidos no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e inspirou a oferta de outros cursos em diversas instituições de ensino, especialmente aquelas que são voltadas para projetos de inclusão social. (MACHADO, 2013, p. 38)

Com base em toda essa estrutura física, tecnológica e educacional, o Consórcio CEDERJ, vinculado a Fundação CECIERJ, atualmente disponibiliza cursos de nível superior em diversas áreas de conhecimento, levando educação pública e de qualidade aos estudantes de todo o Estado do Rio de Janeiro.

### **3 – CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL – UFF/CEDERJ**

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social foi criado a partir de uma demanda em 2012 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para ser ministrado pela Universidade Federal Fluminense em parceria com o Consórcio CEDERJ, financiado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Nesse período a UFF já disponibilizava o curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social, no qual vários profissionais já atuavam em um projeto pedagógico de ensino sob uma análise crítico reflexiva sobre os estudos sobre segurança pública e práticas de administração de conflitos na Universidade (GERALDO e KANT DE LIMA, 2022).

Estudos estes que, desde 1998, vinham sendo desenvolvidos através de diversos projetos de pesquisas, cursos de extensão e pós-graduação lato sensu ofertados pela UFF em parceria com Instituições da área de Direitos Humanos, Justiça Criminal e Segurança Pública. E que, em 2009, deram ensejo a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC)<sup>4</sup> ao qual, atualmente, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social encontra-se vinculado.

O INCT-InEAC tem como objetivo colaborar com a inovação das tecnologias sociais voltadas para a administração institucional dos conflitos na sociedade brasileira, a partir da produção de pesquisas empíricas de natureza etnográfica, que permitam propor e avaliar políticas públicas na área da Segurança Pública e do Acesso à Justiça. (GERALDO; KANT DE LIMA, 2022)

E assim, a partir dos estudos já implementados no bacharelado, foi formado o projeto pedagógico do curso de Tecnólogo com alguns diferenciais: seu período de

---

<sup>4</sup> Projeto aprovado no Edital MCT 15/2008

duração em 2 anos e meio; e seguindo as orientações do MEC, suas vagas voltadas apenas para os profissionais da área de Segurança Pública.

Com a primeira turma iniciando 2014, foram disponibilizadas 500 vagas por semestre em 7 polos distribuídos no Estado do Rio de Janeiro, nas quais os candidatos deveriam ser aprovados através de vestibular organizado pelo CEDERJ. No ano seguinte esse número foi ampliado para 950 vagas em 12 polos, diante da manifestação do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro no sentido de fazer com que o curso integrasse o projeto de reforma da carreira da Polícia Militar, o que não chegou a se concretizar até o momento devido a troca de comando da corporação.

Diante disso, somado a crise no Estado, o curso passou novamente por redução de vagas bem como extinguiu o percentual de 80% das vagas que antes eram destinadas somente a policiais militares e policiais civis, e atualmente são de ampla concorrência com os demais integrantes das carreiras de segurança pública.

Tais fatores não desmotivaram a procura pelo curso, pelo contrário, com a ampliação das vagas para ampla concorrência dentre os agentes de segurança pública, passou-se a observar a grande procura também por parte dos Guardas Municipais e Militares das Forças Armadas (antes limitados a 20% das vagas).

No final de 2015, a Coordenação do Curso de Tecnologia em Segurança pública recebeu a informação de que o curso possuía a maior relação candidato/vaga dentro do consórcio CEDERJ, e com a menor taxa de evasão, além de contar com os alunos e tutores mais participativos dentro do ambiente virtual de aprendizagem. No primeiro semestre de 2016, período no qual se somavam 950 a cada início de período, o curso contava com 3217 alunos inscritos; contabilizando que desse universo de estudantes, 2460 eram policiais militares, isso configurava 76% de alunos PMs estudantes do curso, totalizando cerca de 5,3% do efetivo de praças do estado. Esses números são muito relevantes para compreender a dimensão que o curso tomou com apenas dois anos e meio de existência. (NEVES,2016)

Em 2016 o curso obteve o reconhecimento da Universidade Federal Fluminense através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento

Social. Em 2017, o curso passou pela primeira avaliação externa do MEC, tendo recebido a nota 4,0 (conceito muito bom). Sendo este o reflexo de um trabalho institucional organizado academicamente, envolvendo profissionais engajados que acreditam na capacidade desse curso como ferramenta de contribuição ao desenvolvimento social.

Durante o cenário de pandemia e a necessidade de afastamento social, foi disponibilizado todo o acompanhamento e avaliações de forma remota para possibilitar a continuidade dos estudos no ano de 2020.

Cabe ressaltar que, apesar da crise financeira e política vivenciada pelo Estado, o curso nunca parou de funcionar, nem as greves, nem o momento de pandemia, interromperam as atividades.

Assim, o curso segue oferecendo estudos, com base nas Ciências Sociais, sobre a segurança pública do ponto de vista da sociedade, com foco nas pesquisas sobre as práticas de administração institucional de conflitos de forma crítico reflexiva, voltado para a elaboração e implementação de políticas públicas.

#### **4 – CONFLITOS E SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA**

A socialização acadêmica acontece com todos os calouros ao adentrarem a universidade, independentemente do curso no qual se inscrevem, e nos períodos iniciais é comum serem atingidos pelos mais diversos dilemas. Aquele primeiro contato com a turma, a insegurança inicial de como se reportar aos professores, a dificuldade para desenvolver a escrita nos trabalhos e nas provas, as incertezas quanto à carreira profissional, todos esses fatores estão inseridos no cotidiano de um aluno universitário.

Quando se trata de um curso a distância, além desses fatores, pode-se incluir a adaptação com a plataforma virtual de ensino e a organização diferenciada de uma rotina de estudo, que requer mais autonomia por parte do estudante no ensino a distância.



E quando se trata de alunos, agentes da segurança pública, acrescenta-se a este contexto o fato que ao adentrarem na faculdade já levam consigo o conhecimento corporativo que vai de encontro ao conhecimento científico transmitido pelos professores, o que gera o chamado “choque cultural”, termo frequentemente dito pelos alunos como definição ao estranhamento auferido na leitura dos textos disponibilizados pelo curso e em situações vivenciadas no ambiente acadêmico.

Diferente da universidade, a acadêmica militar prepara o aluno no sentido de inserir em seu comportamento o espírito militar (CASTRO, 2004), que passa a fazer parte de sua vida profissional e pessoal, ou seja, lhe concede uma nova identidade. O “choque cultural” está relacionado a inclusão psíquica e corporativa, do aluno, na categoria de Militar, ou seja, nas práticas militarizadas ao qual está submetido em seu ambiente de trabalho. E quanto mais visceral foi e é o seu processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais maior será o “choque cultural” (VERÍSSIMO, 2015).

Desta forma, a questão do “choque cultural” apresentada pelo professor Veríssimo e recorrentemente trazida nos discursos dos alunos do curso, diz respeito aos conflitos gerados, inicialmente, pelo fato do aluno querer impor seu saber policial através da descrição de sua prática profissional como um saber legítimo sobre aquele tema (ARAGON, 2018) para responder as atividades propostas pelo curso, ao invés de utilizar os conteúdos abordados no material didático das disciplinas. Ou seja, o aluno apresenta seu conhecimento prático como hierarquicamente superior e substituto do conhecimento científico, inferindo a lógica do contraditório, explicada pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (Professor e Idealizador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública UFF):

(...) lógica do contraditório. Trata-se de uma técnica escolástica medieval, cuja característica mais importante, em nosso caso, é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que só se resolve pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições que se

opõem, para interromper o processo que, sem esta intervenção, tenderia ao infinito. (KANT DE LIMA, 2012,p.35)

Deste modo, os alunos, principalmente os iniciantes, tendem a travar inúmeras disputas ao trazer os argumentos de autoridade arraigados na prática profissional na tentativa de desqualificar as reflexões teóricas trazidas pela Universidade; até compreenderem que o curso se fundamenta na autoridade do argumento, com base nos estudos empíricos auferidos por pesquisadores da área e ministrado nos textos e livros didáticos abordados no curso. Até porque, se fosse se pautar pela experiência do aluno, não seria possível a formação de um material didático, visto que cada um possui uma experiência e opinião diferente do outro.

O Curso ao propor essa reflexão aos estudantes, sobre suas próprias práticas como agentes da segurança pública, os convida a fazer o estranhamento para conhecer, compreender e refletir sobre opiniões diferentes das suas. Diferente do que o operador de segurança pública vivenciou em seu curso de formação militar, no qual não há essa possibilidade de reflexão (COSTA, 2021).

Outro momento de conflito que surgiu logo no primeiro ano do curso, foram os casos de “cola” durante as avaliações presenciais. Cabe esclarecer que os casos de cola não são exclusivos do curso, mas acabam por assumir uma proporção diferente quando ocorrem com os alunos do Tecnologia em Segurança Pública devido à lógica hierárquica à qual estão submetidos no ambiente militarizado. Isso porque em âmbito profissional, nas incursões e atuações nas ruas, o militar é treinado para fiscalizar a conduta do cidadão e a aplicação da lei segundo as ordens dadas pelo Estado, enquanto na sala de aula da universidade ele é aluno, e assim como todos os outros alunos dos outros cursos, é fiscalizado pelos tutores no momento da aplicação da prova, para que a avaliação transcorra com a maior lisura possível.

Quando o aluno é “pego colando”, sob o olhar de todos da turma, sendo chamada sua atenção e tendo seu nome anotado na ata de prova por alguém que naquele momento detém um poder maior que o seu, isso o coloca como objeto da

inquisitorialidade que é operacionalizada por ele nas ruas enquanto profissional da segurança pública (FERREIRA, 2019).

Logo, é um momento no qual o aluno, que está acostumado a ser autoridade de fiscalização perante a sociedade, passa a ser o sujeito fiscalizado, enquanto o tutor assume a função de fiscal de prova e segue as orientações e regras da universidade para a realização da atividade.

Não raro que essa troca de lugares sociais também provoque nos tutores o desconforto em vivenciar dadas situações; principalmente quando o aluno quer impor sua autoridade, se valendo de seu status profissional de fora da universidade para intimidar o tutor (DA MATTA, 1979).

Ainda no primeiro ano do curso, com o objetivo inicial de administrar os conflitos ocorridos no ambiente acadêmico, o Curso de Tecnólogo instaurou um grupo de pesquisa nos polos, tendo iniciado a proposta no polo onde eu atuo como tutora, através de reuniões presenciais semanais.

A participação no Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP), coordenado pelo Prof. Marcos Veríssimo, era voluntária e aberta a todos que participavam da rede acadêmica do polo. Isso possibilitou o diálogo entre alunos, professores e tutores numa mesma roda de conversa, sem a tensão que envolvia os momentos das avaliações.

Assim, o GESP foi expandindo sua proposta para a prática de discussão de textos a fim de produzir o diálogo sobre as diferentes sensibilidades apuradas na convivência civil-militar, e o incentivo para a escrita de textos acadêmicos.

Dessa forma, o texto indicado para a discussão nos encontros servia de base para adentrar a temática da segurança pública e identificar a metodologia que envolvia a escrita. A conversa era iniciada pelo professor Marcos, mas todos os participantes tinham momento de fala e argumentavam suas percepções a partir da leitura do texto. Assim, essa proposta de estudo foi se tornando a *cereja do bolo* em relação a prática da pesquisa no curso de Tecnólogo.

Isso porque o curso de Tecnólogo não possui como exigência da grade curricular, a realização de trabalho de conclusão de curso ao término dos 5 semestres. E o GESP acaba sendo uma ferramenta de auxílio metodológico para aqueles participantes que buscam adentrar na área da pesquisa científica sobre a segurança pública.

Ultrapassados os períodos iniciais do curso, notando que o grupo de estudos já era uma realidade dentro do Polo São Gonçalo, havia a necessidade de levar os encontros para promover a socialização em outros polos. E para isso era necessário que outros pesquisadores também se vinculassem ao CEDERJ nesse sentido.

Assim, em 2018, o professor Pedro Heitor, coordenador do curso na época, levou ao CEDERJ a proposta de criação do LABIAC<sup>5</sup> (Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública), ao qual o Grupo de Estudos em Segurança Pública está vinculado. Ele conseguiu junto aos representantes do CEDERJ a criação de mais 6 vagas para tutor de atividades complementares. Assim, o trabalho iniciado pelo professor Marcos Veríssimo continuou sob sua coordenação e foi difundido para outros polos, e atualmente ocorre no formato virtual através de reuniões semanais.

O engajamento para socialização acadêmica destes alunos, apresentou um olhar diferenciado para este curso e a forma como deveriam ser realizadas as tratativas sobre administração de conflito (GERALDO e KANT DE LIMA, 2022) no ambiente universitário, de modo que, desde o início do curso, sempre que surgia alguma divergência o fato era relatado para a coordenação, e os coordenadores buscavam realizar a mediação dentro das regras universitárias.

## **5 – DIALÓGOS EM CONSTRUÇÃO**

Os alunos a partir dos encontros nas tutorias presenciais, palestras e no grupo de pesquisa passam a ter uma visão mais ampla de como podem vivenciar a experiência universitária e suas relações sociais. As reuniões promovem essa relação de pertencimento e estimulam o aluno a prosseguir na vida estudantil.

---

<sup>5</sup> O LABIAC é vinculado ao INCT-InEAC, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e reúne pesquisadores doutores, doutorandos, mestres e graduados do campo das Ciências Sociais.

Os estudantes reconhecem nos momentos de socialização acadêmica promovida pelo curso, um espaço de diálogo. Seja nas tutorias presenciais ou nos encontros do GESPE, os alunos muitas vezes utilizam do tema abordado para relatar o que acontece em sua vivência profissional. Essa vivência acadêmica oportuniza aos alunos o momento de serem escutados, pois em geral não têm essa possibilidade no ambiente de trabalho.

Esse diálogo é promovido com alunos que, possivelmente, estão inseridos em instituições militares distintas e trazem suas percepções sobre a segurança pública sem a preocupação com as sanções comuns aplicadas quando explicitam suas discordâncias em face de um superior hierárquico no ambiente profissional. Ou seja, as práticas acadêmicas, propostas pelo curso de Tecnólogo, promovem o diálogo entre agentes da segurança pública a respeito de um tema em comum, proposto a partir da leitura dos textos, permitindo a interação e exposição de argumentos pautados no saber científico.

Guardas municipais, policiais civis e militares, bombeiros e integrantes das Forças Armadas se reúnem em uma sala onde não há qualquer diferenciação entre patentes, pois estão ali como alunos da universidade, e, de modo igualitário, podem conversar sobre os mais diversos temas que envolvem a violência e a segurança pública, além dos aspectos metodológicos da produção de pesquisa. Difícil imaginar outro ambiente que possibilite o diálogo, de forma igualitária, entre esses profissionais!

E, por mais estranho que possa parecer, esse diálogo é uma novidade para muitos alunos. Isso porque contraria o que ocorre no ambiente de trabalho desses agentes, onde, além de não serem estimulados ao diálogo com profissionais de outras instituições da segurança pública, ainda são lançados em um ambiente competitivo de tensão hierárquica entre as próprias instituições de segurança pública.

Então o aluno, policial militar, em uma sessão de tutoria presencial pode sentar-se ao lado de outro aluno, guarda municipal por exemplo, e ambos iniciarem um diálogo sobre questões que afetam diretamente o município onde trabalham, cada qual com sua vivência, cada qual com seu modo de atuação, mas que naquele momento são estimulados a estudarem o tema da segurança pública a partir do olhar das pesquisas científicas, livre de preconceitos e julgamentos.

Essa interação dos agentes de segurança pública, enquanto alunos do Curso de Tecnologia, é algo que cria vínculos além da universidade. E o estabelecimento de laços de amizade entre os colegas de turma promove a confiança necessária para que os contatos se ampliem também no campo profissional.

Antes do curso eu não tinha esse contato direto com as outras instituições de segurança. Depois que passou a ter a turma de segurança pública, até hoje tenho amigos guardas municipais, bombeiros militares, marinha, policial civil e policial militar, tenho muito mais. E é bom que agrega até em relação a nossa profissão. Tá na rua, no dia a dia, precisa de um auxílio da guarda, já tenho um amigo da turma pra poder ligar “– *Pô, irmão, tem como você me dar um suporte em relação a isso, isso e isso?...*” não só eu, como outros amigos e vice-versa. Então o curso agregou muito em relação a isso. (Franco<sup>6</sup>, policial militar, 41 anos, egresso 2018)

Muito se fala na falta de diálogo entre as instituições públicas, mas o fato é que não faz parte da rotina de trabalho desses profissionais dialogar com profissionais de outras corporações, que muitas vezes rivalizam e se hierarquizam entre si. Então, esse diálogo que o curso proporciona dentro de uma universidade é algo inovador, que gera o alcance a diferentes pontos de vista dentro da área de atuação, que é comum a todos: a segurança pública.

Essa é uma parte que eu acho mais interessante do curso, não só do modelo CEDERJ, mas especificamente do curso: eu lembro que tinha bombeiro, guardas municipais, gente da marinha e policiais militares. No meu caso eu nunca tinha tido contato com as forças auxiliares que seriam: a polícia militar e a guarda municipal. E o curso proporciona essa troca, uma mudança de paradigma, como a gente vê os profissionais daquela instituição,

---

<sup>6</sup> Informo que alterei o nome do interlocutor citado, a fim de preservar sua identidade. E todos os outros nomes de interlocutores também foram modificados.

porque a gente está numa área específica, com uma vivência específica, em uma força específica, e a gente acaba tendo uma noção do que eles fazem. Mas a partir do momento que a gente convive, a gente entende que atrás da farda tem um ser humano e como eles pensam e como eles mesmos veem as próprias instituições. Acho que esse contato, só o curso, no meu ponto de vista, ele traz. (Alisson, integrante da Marinha do Brasil, egresso 2021)

O estreitamento dos laços sociais através do curso produz essa interação entre as instituições de segurança pública fora do campo militar, mas dentro da sociedade. São pessoas com identidades profissionais diferentes que conversam entre si e promovem a reflexão crítica de suas próprias práticas enquanto corporações.

Essa socialização vivenciada no curso de Tecnólogo, gera uma nova forma de olhar, uma nova forma de falar e uma nova forma de se relacionar com o ambiente social, seja em nível pessoal, seja em nível profissional.

Então o que se percebe é que o reflexo do curso perante a sociedade não é algo que será obtido por meio de dados estatísticos a respeito dos índices criminais. Mas é algo produzido dia após dia, não pelo curso diretamente, mas pelos próprios egressos, através dessa nova visão que o curso oferece.

O estreitamento das relações sociais formados, dentro de uma sala de aula, a partir da confiança e amizade entre os alunos, agentes da segurança pública, demonstra o que o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social oferece mais do que um diploma, mas a construção de diálogos.

## **6 - CONCLUSÃO**

Através do presente trabalho, procurei demonstrar um pouco da experiência que tive acumulada ao longo dos últimos 10 anos como tutora presencial e tutora

coordenadora do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ. A cada semestre que se inicia é visível a necessidade dos alunos em aprender a lidar não apenas com as novas tecnologias de ensino, mas também com as vivências acadêmicas como estudantes da universidade.

Antes de apresentar o Curso, foi importante destacar alguns aspectos do Ensino a Distância, no modelo semi-presencial ofertado pelo Consórcio CEDERJ/CECIERJ, como forma de ambientar o leitor na estrutura acadêmica sob a qual se deu a pesquisa.

Especificamente, sobre o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, foi importante ressaltar que no ambiente universitário não há hierarquia ou disputas entre patentes ou instituições, diferentemente do ambiente militarizado. Os alunos, mesmo sendo profissionais das diversas áreas da segurança pública (policiais militares, policiais civis, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários), podem dialogar e interagir em igualdade de condições, em torno do conhecimento oferecido pelo Curso. Ou seja, ao aluno é dada a oportunidade da fala, do questionamento e interação dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, ao cumprir seu papel social e gerar a universalização do ensino a esses profissionais, este Curso oportuniza a possibilidade de reflexão sobre as práticas de administração de conflito e utiliza-se dos meios tecnológicos para disseminar o conhecimento. Fatores que contribuíram para o reconhecimento pela Universidade Federal Fluminense através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento Social, conquistado em 2016.

O texto traz a reflexão de como os conflitos estudantis, que não são exclusivos do curso, ganham uma dimensão social diferente pelo modo como os alunos do Tecnólogo estão habituados a naturalizar suas práticas violentas, devido à bagagem militarizada que trazem em sua formação profissional. Logo, quando esses agentes entram no campo universitário, apresentam dificuldade em reconhecer que são alunos, e assim como todos os alunos de universidade pública, devem ser submetidos às regras acadêmicas de convívio social. E essa resistência é o principal motivo no surgimento dos conflitos.

Durante a pesquisa, foi notória a percepção que desde que o curso iniciou sua primeira turma até a presente data, ocorreu a atenuação na gravidade dos conflitos.



Acredito que isso tenha ocorrido pela maturidade que o processo de socialização acadêmica conquistou ao longo dos períodos, tendo como ferramenta principal a instauração do Grupo de Pesquisa em Segurança Pública (GESP) dentro dos polos universitários. A participação no grupo traz a noção de pertencimento à universidade e realiza a troca de experiências acadêmicas na medida em que promove o diálogo com alunos de diferentes períodos do curso, que voluntariamente participam dos encontros.

Também foi notório identificar junto aos interlocutores desta pesquisa o quanto o convívio com os colegas de turma estreitou o diálogo entre esses profissionais das diversas áreas da segurança pública. Tal interação ocorreu dentro do ambiente acadêmico, sem qualquer hierarquia ou competitividade atribuída na carreira militar, rompendo assim os rótulos e preconceitos oriundos da profissão e das diversas corporações a que pertencem os alunos.

O curso promove de forma democrática e igualitária esse diálogo entre os agentes da segurança pública a respeito das sensibilidades percebidas no contexto social em que atuam.

O diálogo se demonstra como principal ferramenta na administração dos conflitos decorrentes da relação civil-militar, e através das tutorias presenciais, das reuniões do grupo de estudos e eventos acadêmicos, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF estimula a interação social e promove socialização acadêmica dos alunos com a universidade.

Pretendo que a leitura deste texto estimule novos pesquisadores a se debruçarem nos estudos sobre o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF, oferecido em parceria pelo Consórcio CEDERJ, uma vez que acredito na produção deste conhecimento não apenas como meios de alcançar o sonhado diploma, mas como política pública social.

## 7 - BIBLIOGRAFIA

ARAGON, Luiza A. **A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense.** Tese de Doutorado, PPGA/Universidade Federal Fluminense, 2018.

BECKER, Howard S. Problemas de inferência e prova na observação participante. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTRO, Celso. O Espírito Militar – um antropólogo na caserna. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COSTA, Perla A. B. O. Como nasce uma gansóloga?: Uma análise da formação acadêmica de uma praça Policial Militar. P.114-134, Revista Campo Minado, nº1, Niterói, 2021

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? In: **Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FARIAS, Camila. **Jovens Policiais no Rio de Janeiro.** Col. Conflitos, Direitos e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

FERREIRA, Erika G. **Na faculdade a gente aprende a pensar. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

GERALDO, Pedro H. B. e KANT DE LIMA, Roberto. Conflitos em formação. REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, v. 16, p. 30-49, 2022.

KANT DE LIMA, Roberto. “Antropologia Jurídica”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília, 2012.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 45-124, 2000.

MACHADO, Monica G. **Percepção do Aluno Sobre a Qualidade de Disciplinas Oferecidas na Modalidade a Distância: Construção de um Modelo Baseado na Servqual**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, 2013.

MACHADO, Monica G. Uma reflexão sobre a qualidade do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social na modalidade a distância. REVISTA CAMPO MINADO, n.1, p. 74-94, Niterói, 2021.

NEVES, Dylla de M. C. **Hierarquia e Disciplina**: análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social. Trabalho de conclusão do Curso (Bacharelado em Segurança Pública), - Universidade Federal Fluminense, Niterói / Rio de Janeiro, 2016.

SEIDEL, Daniel. **Mediação de conflitos**: a solução de muitos problemas pode estar em suas mãos. Brasília: Vida e Juventude, 2007.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel**: Sociologia. Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática: 1983.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

VERÍSSIMO, Marcos. **Quando a polícia vai à Faculdade**: “inclusão social” ou “choque cultural”? XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, RS, 2015.